

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE**

Pregão Eletrônico - PE.PPSA.006/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de tradução livre de textos técnicos e jornalísticos escritos em português para a língua inglesa, e serviços de revisão de textos em inglês para apoio às áreas da Pré-Sal Petróleo S.A. ("PPSA").

Assunto: Resposta ao recurso interposto pela empresa ÁGORA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA. ("ÁGORA").

#### 1 - Dos fatos:

1.1. Tempestivamente, a empresa "ÁGORA" registrou sua intenção de recorrer, no sistema ao final da sessão do Pregão, bem como interpôs recurso administrativo, em 01 de fevereiro de 2021, contra a decisão da PPSA que declarou a empresa ORIENTE-SE PRODUÇÕES LTDA. ("ORIENTE-SE"), vencedora do certame em epígrafe.

#### 2 - Recursos apresentados:

2.1. Em síntese a recorrente ÁGORA alega que discorda da sua inabilitação e da habilitação da empresa indicada como vencedora do Pregão apontando as seguintes irregularidades:

#### 2.2. Em relação à sua inabilitação:

- a) Diligenciamento contra o princípio da publicidade e da legalidade;
- b) Diligenciamento apócrifo;
- c) Diligenciamento financeiro desnecessário;
- d) Diligenciamento técnico desnecessário;
- e) Segundo diligenciamento técnico desnecessário (atestado do setor de Petróleo e Gás);
- f) Uso de procedimentos irregulares de Diligenciamento pela PPSA;
- g) Uso irregular dos recursos sistêmicos do ComprasNet (não suspensão da sessão); e
- h) Utilização de prazo irregular para recurso;

#### 2.3. Em relação à habilitação da empresa vencedora:

- a) Aceitação dos atestados da vencedora (não comprovam experiência no setor de óleo e Gás);
- b) Capacidade técnica da equipe não atende ao edital (tradução diferente de interpretação);
- c) Documentação nova após a sessão;
- d) Falta de Histórico dos principais trabalhos em tradução;
- e) Documentação dos profissionais de forma privada;
- f) Certificado de regularidade junto ao FGTS recebido irregularmente;

#### 3 - Contrarrazões apresentadas:

3.1. A empresa ORIENTE-SE apresentou, também, tempestivamente, em 04 de fevereiro de 2021, as suas contrarrazões, nas quais solicitou, ao final, que a Administração indefira o recurso interposto pela empresa ÁGORA.

#### 4 - Apreciação do Recurso e Contrarrazões, pelo Pregoeiro:

#### 4.1. A apresentação do Recurso e das Contrarrazões ocorreram dentro dos prazos legais.

4.1.1. Cumpre mencionar que, ao longo de suas razões recursais, a empresa recorrente, ÁGORA, se utiliza dos ditames previstos na Lei nº 8.666/1993. Contudo, impõe-se observar que a PPSA não mais realiza seus procedimentos licitatórios com base na referida lei, haja vista que, há muito, a empresa é regida pela Lei nº 13.303/2016 e devidamente editou o seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

#### 4.2. Segue abaixo a análise do Pregoeiro aos pontos suscitados pela recorrente em relação a sua inabilitação:

#### a) Diligenciamentos contra o princípio da publicidade e da legalidade:

O argumento trazido pela recorrente não se sustenta, tendo em vista que a mensagem de diligenciamento que lhe foi enviada, transcrita abaixo, atende perfeitamente o item "18.3" do Edital e não contraria qualquer princípio constitucional, pois exige que toda documentação enviada em resposta aos questionamentos seja anexada ao sistema ComprasNet, de forma a tornar público a todos os participantes, incluindo o registro do horário da sua colocação no sistema.

"Assunto: Diligenciamento Pregão PE.PPSA.006/2020 - Serviços de Tradução para a PPSA.

Prezado Antônio Heitor Capris,

Bom dia.

Conforme item 18.3 do Edital em referência estamos realizando diligenciamento para o saneamento da dúvida abaixo em relação a proposta da empresa ÁGORA DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS:

a) As documentações relativas ao atendimento do item 13.3.4.a - Balanço patrimonial e ao DRE não foram apresentadas junto com o correspondente recibo de entrega do SPED (ECD), somente foi recebido o registro na junta comercial da sede da empresa. Caso a empresa se enquadre em algum benefício que isente a mesma desta apresentação, encaminhar a documentação que isente a empresa dessa exigência ou identificar onde encontra-se (sic.) tal informação na documentação enviada.

b) As documentações para atendimento aos itens 13.3.3.1 (Qualificação Técnica da Proponente) e 13.3.3.2 (Qualificação Técnica da Equipe) do edital.

c) Encaminhar a proposta comercial revisada constando o valor final ofertado ao final da sessão do pregão eletrônico de hoje (R\$ 40.596,00), bem como a sua respectiva distribuição pelos 2 itens da tabela de detalhamento de preços.

Favor encaminhar a resposta a esse diligenciamento, juntamente com a documentação complementar citada nos itens a) até c), acima, via sistema ComprasNet, até as 16 hs de hoje, 12 de janeiro de 2021, sob pena de desclassificação do pregão em referência.

Caso o prazo estipulado acima seja considerado exíguo, favor solicitar o dilatamento do mesmo até o prazo limite de 24 hs para o atendimento a este diligenciamento, sob pena de desclassificação do pregão em referência.

Atenciosamente,

PPSA - Editais  
Licitações e Contratos  
Editais@ppsa.gov.br"

Como pode ser visto na transcrição de trecho do chat do pregão, na resposta ao item "g" da recorrente abaixo, é dada toda a publicidade e registro em relação à documentação enviada, em resposta ao diligenciamento pela empresa recorrente.

Ademais, destaca-se que a Lei nº 13.303/2016, em seu artigo 56, § 2º, prevê a possibilidade de realização de diligências pela empresa pública, verbis:

"Art. 56 (...)

§ 2º A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do caput." (Grifo nosso)

O Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA, por sua vez, dispõe acerca da possibilidade de realização de diligenciamentos e das formas em que poderão ser realizados, entre as quais se encontra o uso do e-mail:

"Art. 52 - A qualquer tempo e em qualquer modalidade de Licitação, caberá procedimento de diligência destinado a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, podendo ser instaurado por iniciativa da Comissão de Licitação, do Pregoeiro ou da Equipe de Apoio, conforme aplicável, a quem caberá descrever a forma pela qual serão realizadas as diligências.

§ 1º A diligência poderá ser realizada in loco, por carta ou e-mail, por contato telefônico, através de consultas à Internet ou ao mercado específico, bem como através de qualquer outro meio idôneo apto a esclarecer a dúvida suscitada." (Grifo nosso)

Cabe ressaltar também que, além do diligenciamento feito por meio de correio eletrônico não ser vedado legalmente, é uma prática usual como demonstram, por exemplo, as Atas de Pregões do Tribunal de Contas da União ("TCU") a seguir colacionadas:

"TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO Tribunal de Contas da União Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 00005/2020

Pregoeiro 17/02/2020 15:00:57 Após o término da diligência, na última sexta, a pregoeira pediu que classificada fizesse uma pequena alteração na Declaração de Contratos para o e-mail da Comissão. Este documento retificado encontra-se no sit que todos tenham acesso. Pregoeiro 17/02/2020 15:01:06 [https://portal.tcu.gov.br/licitacoes-e-contratos-do-tcu/licitacoes/lis\\_situacao=Em\\_andamento](https://portal.tcu.gov.br/licitacoes-e-contratos-do-tcu/licitacoes/lis_situacao=Em_andamento)  
[https://www.comprasnet.gov.br/pregao/pregoeiro/ata/ata3.asp?co\\_uasg=30001&nump...](https://www.comprasnet.gov.br/pregao/pregoeiro/ata/ata3.asp?co_uasg=30001&nump...) 18/02/2020" e

"TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO Tribunal de Contas da União Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 00011/2011

Pregoeiro 04/03/2011 11:30:49 Bom dia srs licitantes. Confirmando o recebimento tempestivo da documentação parte pelo sistema, parte por email e parte por arquivo eletrônico. Retornaremos às 16h para divulgação do resultado da análise. Até lá e estejam todos logados."

Toda a documentação do processo é pública e os diligenciamentos realizados estão disponíveis no site da PPSA, conforme divulgado na Ata do Pregão do procedimento licitatório em questão.

A realização de diligenciamento por e-mail visa dar celeridade ao processo e facilitar o envio das informações requeridas, tendo em vista que o sistema Comprasnet possui limitações quanto ao tamanho e tipos de arquivos, além de ser limitado ao envio de um documento por vez, o que obriga o licitante a realizar a compactação, quando deseja enviar vários arquivos juntos.

Com brilhantismo e clareza Marçal Justen Filho leciona: "A realização da diligência não é uma simples "faculdade" da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização." (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 805, item 22.7, 2º parágrafo).

Não bastasse as citações anteriores, a jurisprudência do TCU, ora utilizada por analogia, é clara ao condenar a inabilitação de licitantes, em virtude da ausência de informações que possam ser suprimidas pela diligência prevista no artigo 43, § 3º, da Lei de Licitações, haja vista os princípios da economicidade, razoabilidade e busca da proposta mais vantajosa (Acórdão nº 1170/2013, Plenário, relatora Ministra Ana Arraes).

Por fim, lembramos que, embora em todo o procedimento licitatório haja a transparência, é sabido que toda licitante deve acompanhar o Pregão eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de qualquer inobservância.

b) Diligenciamento apócrifo:

Conforme pode ser verificado no item "a" acima, o diligenciamento transcrito, efetuado junto à recorrente, não é apócrifo, haja vista que foi identificado, claramente, como enviado pela conta "editais@ppsa.gov.br" (e-mail corporativo da PPSA), bem como realizado em estrita observância à forma de comunicação prevista no item "17.3" do Edital.

c) Diligenciamento financeiro desnecessário:

Esse argumento também não prospera, tendo em vista que a recorrente respondeu ao diligenciamento, tendo colocado a documentação para o saneamento da dúvida levantada pela equipe técnica da PPSA no sistema ComprasNet, sendo certo que a referida documentação foi aceita pela PPSA, não tendo sido o motivo da sua desclassificação.

d) Diligenciamento técnico desnecessário:

O Edital estabelece que:

"13.2. O licitante deverá apresentar habilitação parcial válida, que será verificada através da função "Situação do Fornecedor", no SICAF, ou apresentar os documentos que supram tal habilitação.

13.3. Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:" (Grifo nosso)

Nota-se que a documentação complementar, mencionada no item do Edital sobejamente transcrito, refere-se à qualificação técnica e econômico-financeira para habilitação do licitante.

Em relação à qualificação técnica da recorrente, como PESSOA JURÍDICA, solicitada no diligenciamento, esta se limitou a reencaminhar a documentação que já era de conhecimento da equipe da PPSA, por meio da consulta ao SICAF, e incluir um parágrafo onde menciona o segmento de atividade em Óleo e Gás (Shell, Ipiranga, Texaco...), sem apresentar qualquer atestado ou documento que comprove a execução de tal serviço, tendo levado a área técnica da PPSA a efetuar mais um diligenciamento de forma a elucidar melhor essa questão.

Com relação à solicitação da qualificação técnica da EQUIPE da recorrente, a PPSA aceitou a documentação que foi encaminhada no diligenciamento e não desclassificou a recorrente neste quesito.

e) Segundo diligenciamento técnico desnecessário (atestado do setor de Petróleo e Gás):

Em relação ao suposto prazo curto exigido pelo pregoeiro para a resposta, esse encontra amparo no item "13.7" do Edital, que prevê 2 (duas) horas para a entrega de documentação complementar. Além disso, já havia sido concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas no primeiro diligenciamento, no qual a recorrente simplesmente reencaminhou documentação existente no SICAF, não elucidando a dúvida da PPSA.

Vê-se, pois, que, por não se tratar de fato novo ao processo, não caberia novo prazo de 24 (vinte e quatro) horas para resposta sobre pergunta já realizada anteriormente, tratando-se apenas de uma nova oportunidade da recorrente sanar a pendência apontada anteriormente.

Em razão da resposta insatisfatória ao primeiro diligenciamento, com relação aos atestados técnicos apresentados, nos quais a PPSA não identificou, entre as empresas/órgãos emissoras dos referidos documentos, qualquer vínculo ou atuação no setor de Petróleo e Gás, optou-se por solicitar novos esclarecimentos, por e-mail, à recorrente.

Não obstante, a equipe técnica da PPSA revisitou os atestados citados pela recorrente (Milênio Assessoria Empresarial e MBS System House) e verificou, após consulta cadastral na Receita Federal, constante do processo, que são empresas que estão com situação cadastral como "Inaptas", tendo como motivo a omissão de informações à Receita, e sem descrição de endereço e atividade econômica principal.

f) Uso de procedimentos irregulares de diligenciamento pela PPSA:

A resposta a esse argumento encontra-se nos esclarecimentos expostos no item "a" acima.

g) Uso irregular dos recursos sistêmicos do ComprasNet (não suspensão da sessão):

Em relação o uso da suspensão administrativa do Pregão Eletrônico, a licitante, em seu recurso, acabou por ocultar mensagens constantes no chat do pregão, que fazem toda a diferença para o correto entendimento das ações ocorridas, conforme transcrição de trechos da referida sessão abaixo, que contém TODAS as mensagens, onde o pregoeiro define todas as ações que ocorreram de forma clara e explícita:

Pregoeiro 12/01/2021 11:06:44 Prezados senhores, a proposta da empresa AGORA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA, que apresentou o menor preço, terá a sua documentação analisada pela equipe técnica da PPSA.

Pregoeiro 12/01/2021 11:07:38 O pregão será reaberto às 10:00 horas de amanhã, quarta-feira, dia 13/01/2021.

Sistema 12/01/2021 12:09:31 Senhor fornecedor AGORA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 36.113.090/0001-74, solicito o envio do anexo referente ao item 1.

Pregoeiro 13/01/2021 10:02:28 Bom dia a todos.

Pregoeiro 13/01/2021 10:02:44 Informamos que está reaberta a sessão do Pregão.

Pregoeiro 13/01/2021 10:02:58 Informamos que a equipe técnica da PPSA ainda está analisando a documentação de habilitação da empresa AGORA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA e que a mesma também encontra-se disponibilizada no site da PPSA, na página de licitações.

Pregoeiro 13/01/2021 10:03:42 O pregão será reaberto às 16:00 horas de hoje, quarta-feira, dia 13/01/2021.

Sistema 13/01/2021 11:38:16 Senhor Pregoeiro, o fornecedor AGORA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 36.113.090/0001-74, enviou o anexo para o item 1.

Pregoeiro 13/01/2021 16:01:21 Boa tarde a todos.

Pregoeiro 13/01/2021 16:01:34 Informamos que está reaberta a sessão do Pregão.

Pregoeiro 13/01/2021 16:02:04 Informamos que a equipe técnica da PPSA ainda está analisando a documentação de habilitação da empresa AGORA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA e que a mesma também encontra-se disponibilizada no site da PPSA, na página de licitações.

Pregoeiro 13/01/2021 16:02:17 O pregão será reaberto às 16:00 horas de amanhã, quinta-feira, dia 14/01/2021.

Pregoeiro 14/01/2021 16:01:05 Boa tarde a todos.

Pregoeiro 14/01/2021 16:01:19 Informamos que está reaberta a sessão do Pregão.

Pregoeiro 14/01/2021 16:02:09 Informamos que após análise da documentação da licitante AGORA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA e dos diligenciamentos realizados para obter os esclarecimentos necessários, conforme faculdade prevista no conforme item 13.9 do edital, a área técnica da PPSA concluiu pela NÃO aceitação da proposta correspondente pelo motivo exposto a seguir:

Pregoeiro 14/01/2021 16:02:18 A documentação enviada não apresentou atestados de qualificação técnica para atendimento ao solicitado no item 13.3.3.1.b do Edital.

Pregoeiro 14/01/2021 16:02:31 A seguir faremos a atualização do sistema relativa a desclassificação da empresa AGORA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA. Favor aguardar.

h) Utilização de prazo irregular para recurso:

Quanto à alegação relativa ao equívoco do pregoeiro em relação ao prazo para a interposição de recurso no Comprasnet, o item "14.1.1" do Edital é claro ao definir 3 (três) dias para a apresentação das razões recursais no sistema. Em nenhum momento é mencionado no Edital que o citado prazo transcorre em dias úteis, conforme argumentação da recorrente, que, portanto, não merece prosperar, já que o pregoeiro seguiu exatamente o Edital e a legislação que rege a licitação.

A propósito, versa o preâmbulo do Edital que "Esta licitação... é regida por seu respectivo edital e em conformidade, no que for aplicável, com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas atualizações, no Decreto nº 8.538, de 06/10/2015; na Lei nº 13.303, de 01/07/2016; no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA, RILC-PPSA, disponível no endereço eletrônico <https://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/licitacoes-e-contratos/regulamento-interno>"

Podemos aferir, então, que, conforme § 1º do artigo 44, do Decreto nº 10.024/2019, transcrito abaixo, que rege este certame, o prazo é de 3 (três) dias consecutivos, visto que, quando o prazo é contado em dias úteis, isto é claramente expresso no texto, conforme, por exemplo consta do artigo 23, também transcrito abaixo.

"Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital."

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias." (Grifos nossos)

4.3. Segue, abaixo a análise do pregoeiro para os pontos levantados pela recorrente em relação à proposta da vencedora ORIENTE-SE:

a) Aceitação dos atestados da vencedora (não comprovam experiência no setor de óleo e gás):

Primeiramente, ao verificarmos que o atestado da Petrobras, apresentado à ocasião pela recorrida, estava sem a respectiva assinatura, foi efetuado diligenciamento para atestar a sua veracidade, conforme e-mail transcrito abaixo, o que torna sem efeito a argumentação da recorrente sobre a não aceitação do referido atestado por ser apócrifo.

"Rodrigo Guimarães Pinheiro

Sex, 15/01/2021 18:48

Assunto: Diligenciamento sobre Atestado da Petrobrás (sic.) para Serviços de Tradução da empresa ORIENTE-SE - Pregão PPSA 006/2020.

Prezado Jesiel,

Confirme recebimento do email e veracidade do atestado em anexo referido.

Fico à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,  
RODRIGO PINHEIRO  
Profissional Petrobras de Nível Superior  
Engenharia de Processamento  
G&E/EFO  
Petrobras  
G&E  
tel: + 55 21 2166 0330 Rota: 706  
rodrigo\_pinheiro@petrobras.com.br  
Av. Henrique Valadares, 28, 12o Andar - Torre A  
20231 030 Centro Rio de Janeiro RJ  
petrobras.com.br  
facebook.com.br/petrobras  
twitter.com/petrobras  
youtube.com/petrobras

De: Jesiel Gomes Ribeiro Filho  
Enviada em: sexta-feira, 15 de janeiro de 2021 16:35  
Para: Rodrigo Guimarães Pinheiro  
Assunto: Diligenciamento sobre Atestado da Petrobrás (sic.) para Serviços de Tradução da empresa ORIENTE-SE - Pregão PPSA 006/2020.

Prezado Rodrigo,  
Boa tarde.

Estamos realizando licitação cujo objeto é a contratação de empresa de tradução de textos técnicos para o Inglês.

O atestado técnico em anexo, emitido pela Petrobrás (sic.), foi enviada pela empresa ORIENTE-SE Produções Ltda, melhor colocada na licitação, no entanto este não encontra-se (sic.) assinado o que implica na sua não aceitação, exceto no caso do emissor reconhecê-lo.

Solicitamos confirmar o mais breve possível, o recebimento deste e-mail e a veracidade do atestado anexo de forma a podermos prosseguir com o processo licitatório em referência.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,  
Jesiel Gomes Ribeiro Filho  
Assistente de Licitações e Contratos"

Nota: Em função da PPSA não conseguir contato com o emissor do atestado Leandro Garios Simões, o contato foi efetuado com o profissional que consta no atestado como receptor como cópia deste, conforme indicação da recorrida, ORIENTE-SE, na resposta ao diligenciamento.

Entretanto, com relação ao argumento da recorrente sobre a aceitabilidade do atestado, considerando que o documento versa sobre serviços de "interpretação" e não de "tradução", ao nos debruçarmos novamente na análise dos 4 (quatro) atestados de capacidade técnica fornecidos, pela empresa recorrida, ORIENTE-SE, identificamos que 3 (três) certificam a prestação do serviço de "tradução", sem a especificação de que os assuntos dos referidos serviços foram "sobre o setor de petróleo e gás", e 1 (um) atestado, o que foi fornecido pela Petrobras, que certifica a prestação de serviço distinto ao do objeto do procedimento de licitação em comento, qual seja "interpretação português-inglês/inglês-português para apoio durante a condução de entrevistas com empregados por consultor externo bem como simultânea com mini equipe para atuar nos eventos (...)".

Buscando não deixar dúvidas sobre o entendimento do tema, realizamos nova pesquisa sobre o assunto e expusemos, abaixo, uma breve descrição das diferenças entre os conceitos de "interpretação" e "tradução", que levaram a equipe técnica da PPSA a rever a aceitação do atestado técnico da Petrobras apresentado pela recorrida, ORIENTE-SE:

Diferenças verificadas entre "tradução" e "interpretação"

A INTERPRETAÇÃO é feita face a face ou em tempo real à criação, em oposição à TRADUÇÃO, que é editada, analisada e revisada ao longo de um período. O tradutor também é capaz de fazer uso de ferramentas, como material de referência, glossários especializados e memórias de tradução. Portanto, as expectativas da interpretação são menos rígidas que as da tradução, a qual se espera que seja absolutamente precisa e correta.

Outra diferença fundamental entre as duas é o fato do intérprete precisar ser extremamente fluente no idioma de origem e no idioma de destino, para interpretar as informações de forma eficaz. A maioria das empresas do setor exige que o tradutor traduza o texto de um idioma para a sua língua nativa, além de contar com um editor que também seja fluente em ambos os idiomas. Os dois trabalharão em conjunto para criar o texto, enquanto que o intérprete trabalha sozinho.

Resumindo, "interpretação" significa fazer oralmente a tradução simultânea de entrevistas, palestras, reuniões, congressos e seminários, enquanto que "tradução" significa fazer a versão de textos e documentos de um idioma para outro, sendo portanto, serviços diferentes.

A seguir, continuaremos a nossa análise em relação à possibilidade de aceitação dos demais atestados que não versam sobre o setor de Petróleo e Gás, mas certificam a prestação dos serviços de tradução.

Releva-se destacar que, após intensa pesquisa, não foi encontrado posicionamento, jurisprudencial ou doutrinário, que nos autorize a associar atestados de capacidade técnica de serviços distintos ao do objeto licitado para comprovar a qualificação da proponente exigida no Edital.

Cumpramos mencionar que, no entendimento da jurisprudência pacífica do TCU, até é possível o "somatório de atestados", principalmente para comprovação de "capacidade técnico-operacional". Além disso, a Corte de Contas entende que a vedação a esse somatório deve ser realizada apenas em situações excepcionais. Vejamos:

"9.2. dar ciência à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero de que somente deve ser limitado o somatório de quantidades de atestados para comprovação de capacidade técnico-operacional dos editais nos casos em que o aumento de quantitativos do serviço acarretar, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou desproporção entre quantidades e prazos para sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviços, devendo ser justificada tecnicamente a necessidade dessa limitação;" (Acórdão 7105/2014-Segunda Câmara, TC 025.867/2014-8, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, 18.11.2014) (Grifo nosso)

"1.8.3.1. ausência de justificativas para a vedação ao somatório ou combinação de atestados para as exigências contidas na alínea "f" do item 5 do adendo 1 do Termo de Referência do edital, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, em afronta à jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 1865/2012-TCU-Plenário, Relator Marcos Bemquerer e Acórdão 7105/2014-TCU-Segunda Câmara, Relator Marcos Bemquerer) , uma vez que, em regra, é indevida a proibição de somatório de atestados, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional, quando a aptidão da licitante puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado, e que, havendo restrição ao somatório de atestados, ela deve estar justificada técnica e detalhadamente no respectivo processo administrativo;

1.8.3.1. falta de clareza, no edital, em relação às regras da vedação ao somatório ou combinação de atestados para as exigências contidas na alínea "f" do item 5 do adendo 1 do Termo de Referência do edital, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, uma vez que sequer constava do edital a classificação dos requisitos em essenciais e não essenciais, em afronta aos princípios da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 3º da Lei 8.666/1993)" (Acórdão 1019/2020-TCU-Plenário)

Concluimos, então que o que o TCU autoriza é o somatório de quantidades com o mesmo objeto, o que não se encaixa neste caso, pois precisaríamos somar objetos distintos para resultar em um terceiro, o que como dito, não há amparo jurisprudencial e doutrinário.

Conclui-se, então, de todo o exposto acima, que assiste razão à empresa recorrente, ÁGORA, no que tange ao descumprimento do item "13.3.3.1.", "b", do Edital, pela recorrida, ORIENTE-SE.

b) Capacidade técnica da equipe (tradução diferente de interpretação):

Respondido na letra "a" acima.

c) Documentação nova após a sessão:

Conforme versa o Edital, no seu item "13.3.3.2.":

"13.3.3.2. Da EQUIPE:

a) Apresentação de equipe com pelo menos dois profissionais, imediatamente após a formalização do resultado da licitação, com a seguinte qualificação:

a.1) Diploma de Graduação em Letras, com habilitação em língua inglesa, em curso reconhecido pelo MEC, por meio da apresentação de diploma ou certificado de conclusão de curso expedido pelo MEC ou pela instituição responsável pelo curso, desde que este seja reconhecido pelo MEC; OU

a.2) Comprovação por meio de documento que comprove existência de formação primária e/ou secundária em país de língua inglesa; OU

a.3) Comprovação de nacionalidade em país de língua inglesa; OU

a.4) Comprovação de Graduação ou Pós-Graduação em tradução em curso reconhecido pelo MEC; ou curso livre de tradução – tais como o Curso de Formação de Tradutores e Intérpretes da Associação Alumni (400h), Formação de Tradutores Inglês-Português da PUC-Rio (280h), ou similares – que habilite o profissional em tradução na língua inglesa. A comprovação deve ser dar por meio da apresentação de diploma ou certificado de conclusão de curso expedido pelo MEC ou pela instituição responsável pelo curso, desde que este seja reconhecido pelo MEC;

Nota: Estes profissionais também devem apresentar atestado de prestação de serviços, conforme descrito no item 13.3.3.1.b acima." (Grifo nosso)

O pregoeiro seguiu rigorosamente as regras do Edital, como pode ser visto na descrição das mensagens enviadas no chat do Pregão, após a divulgação da aceitação da proposta vencedora:

Pregoeiro 18/01/2021 14:05:55 Informamos também que a formalização do resultado da licitação, no entanto, está condicionada ao atendimento ao item "13.3.3.2. Da EQUIPE: " e da apresentação de certidão válida de regularidade do FGTS nos prazos estabelecidos nos correspondentes itens 13.3.2 "a)" e 13.4 do edital.

Pregoeiro 18/01/2021 14:07:28 Para ORIENTE-SE PRODUCOES LTDA - Conforme previsto no item 13.4 do edital, em função da não apresentação da certidão de regularidade do FGTS por esta empresa, inicia-se, a partir de agora, o prazo de 05(cinco) dia úteis para a apresentação da documentação faltante sob pena de desclassificação.

Pregoeiro 18/01/2021 14:08:47 O pregão será reaberto às 15:00 horas do dia 27/01/2021, quarta-feira.

Em relação ao argumento que se refere à "nota" deste item "13.3.3.2" do Edital, acerca da emissão de atestado pela própria licitante vencedora para seus profissionais, conforme a própria recorrente reconhece no seu recurso, os atestados são emitidos pelos contratantes segundo os seus modelos e formatos, não tendo a contratada ou ao licitador ingerência sobre isso.

Dessa forma, como essa ação não está vedada no Edital e não temos conhecimento de legislação que vede esse procedimento, a ORIENTE-SE apresentou atestados técnicos para os seus profissionais, os quais foram aceitos pela equipe técnica da PPSA.

Além disso, conforme itens "13.7" e "13.9" do Edital, a documentação enviada em resposta ao diligenciamento

efetuado serviu para complementar os autos do processo e não para alterar o conteúdo da proposta recebida, permitindo à equipe técnica da PPSA tomar a decisão de forma correta.

d) Histórico dos principais trabalhos em tradução:

Os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa vencedora, a saber, os fornecidos pelo IPEA, MDIC e pela FAPED, contém a experiência necessária para atender ao solicitado no item "13.3.3.1.", "a", do Edital relativo ao histórico dos principais trabalhos de tradução e versão realizados pela empresa, demonstrando que essa detém experiência com traduções para a língua inglesa.

Não obstante ao citado acima, a equipe da PPSA, de modo pró-ativo realizou consulta ao portal transparência governamental, conforme item "13.8" do Edital, de forma a buscar mais informações sobre a experiência da licitante, tendo encontrado diversos contratos assinados com órgãos governamentais (ANAC e Escola Superior de Guerra, entre outros).

Fonte da pesquisa:

[http://compras.dados.gov.br/contratos/v1/contratos?cnpj\\_contratada=16894574000190](http://compras.dados.gov.br/contratos/v1/contratos?cnpj_contratada=16894574000190)

e) Documentação dos profissionais de forma privada:

Respondido na letra "c" acima.

f) Certificado do FGTS não é fiscal e, por isso, não poderia ser beneficiada pelo item "13.4" do Edital:

Quanto à alegação em referência, tem-se que o inciso III do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA prevê expressamente que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS") consiste, sim, em documento de regularidade fiscal:

"Art. 58 - A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, ou outra equivalente, na forma da lei;

III - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

IV - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa." (Grifo nosso)

Em consulta à jurisprudência, é possível verificar, conforme exemplo abaixo, que a certidão de regularidade do FGTS é considerada de regularidade fiscal.

"TRF-4 - AGRAVO DE INSTRUMENTO AG 50359564720174040000 5035956-47.2017.4.04.0000 (TRF-4)

Jurisprudência•Data de publicação: 24/10/2017

TRIBUTÁRIO. AGRAVO. FGTS. CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL. OBTENÇÃO. DIREITO ALEGADO. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA. URGÊNCIA. NÃO COMPROVAÇÃO. 1. Embora a parte agravante alegue a necessidade de obter a certidão de regularidade fiscal, não trouxe aos autos elementos que evidenciem a verossimilhança do direito alegado, tampouco a urgência na obtenção da medida. 2. Não demonstrados os requisitos para o deferimento da tutela de urgência, para o fim de determinar-se à CEF a expedição de certidão de regularidade fiscal relativa aos débitos rescisórios de FGTS- Fundo de Garantia - notificação número 200.464.892." (Grifo nosso)

Além disso, conforme pode ser verificado, por meio de consulta ao sistema SICAF, a certidão relativa ao FGTS está classificada no nível III, como regularidade FISCAL e trabalhista federal, portanto, o argumento da recorrente não merece acolhimento.

4.4. Da análise dos dispositivos legais transcritos, bem como conforme mencionado nos itens "4.2" e "4.3" acima, temos que a PPSA está cumprindo fielmente todas as normas e condições do Edital, os ditames da Lei nº 13.303/2016 que orienta as Licitações das empresas estatais, bem como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da empresa.

4.5. Por todo o exposto nos itens anteriores, não vislumbramos no recurso apresentado, quanto à desclassificação da empresa recorrente, ÁGORA, comprovação de desrespeito à legalidade e ao princípio da vinculação ao Edital.

4.6. Reiteramos, então, que o julgamento foi técnico e objetivo, comprometido com a legalidade e visando, sobretudo, ao atendimento do interesse público.

5 - Decisão do Pregoeiro:

5.1. Após analisar as alegações apresentadas pela recorrente ÁGORA, as contrarrazões apresentadas pela ORIENTE-SE, observando o princípio da isonomia, do julgamento objetivo, da vinculação ao Edital, visando selecionar a melhor proposta para a Administração e amparado pelas Áreas Técnicas e pela Consultoria Jurídica da PPSA, com base no inc. VII do art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, o Pregoeiro manifesta-se no sentido de:

a) DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto pela empresa ÁGORA, com relação ao não atendimento da recorrida ao item "13.3.3.1.", "b", relativo à qualificação técnica da recorrida, ORIENTE-SE, em serviços de tradução no setor de Petróleo e Gás, reformando a decisão para INABILITAR a proposta da empresa ORIENTE-SE;

e

b) NEGAR PROVIMENTO aos demais itens alegados pela recorrente, mantendo a decisão de considerar INABILITADA a proposta da empresa ÁGORA.

5.2. Outrossim, encaminha-se o presente processo licitatório à Autoridade Competente da PPSA, em atenção ao cumprimento do artigo 62, parágrafo 5º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA e aos termos do artigo 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019, para avaliação das alegações apresentadas e decisão do recurso.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021

---

Jesiel Gomes Ribeiro Filho  
Pregoeiro

**Fechar**